

**CRIAR CRIANÇAS, CRIAR VÍNCULOS: por uma maternidade manifesto
feminista**

**CREATE CHILDREN, CREATE BONDS: for a manifest feminist
motherhood**

Flora Rodrigues Gonçalves*

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir a importância da experiência da maternidade dentro dos estudos de gênero a partir da construção e desconstrução de vínculos criados por mim, mãe e antropóloga. Nesse sentido, este texto é um artigo-manifesto, que versa sobre trajetórias maternas feministas em construção. Se, em um primeiro momento, a maternidade ocidental foi caracterizada pelo lugar central da mulher na família monogâmica e patriarcal, em um segundo momento a maternidade passa a ser vista, por algumas feministas, como sinônimo de escolha e recusa. Hoje, quais os desafios e o acolhimento que a maternidade recebe dentro desse universo?

Palavras-chave: maternidade feminista; antropologia do gênero; trajetórias feministas acadêmicas.

ABSTRACT

This article aims to discuss the importance of the experience of motherhood within gender studies from the construction and deconstruction of bonds created by me, mother and anthropologist. In this sense, it is a manifest article, which deals with feminist maternal trajectories under construction. If, in the first instance, occidental motherhood was characterized by the central place of women in the monogamous and patriarchal family, in a second moment, motherhood comes to be seen by some feminists as a synonym of choice and refusal. Today, what are the challenges and the welcome that motherhood receives within this universe?

Keywords: feminist motherhood; gender anthropology; academic feminist trajectories.

* Pós-doutoranda em Saúde Coletiva pelo Instituto René Rachou - Fiocruz Minas Gerais. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (2007), mestrado (2010) e doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (2019). É pesquisadora vinculada do Grupo de pesquisa GESEX - Grupo de Pesquisa Gênero e Sexualidade/UFMG e do LACS - Laboratório de Antropologia das Controvérsias Sócio Técnicas/UFMG. Contato: florargoncalves@gmail.com

Artigo Recebido em: 01/11/2019. Aceito em 02/06/2023.

“Um útero é do tamanho de um punho
Num útero cabem cadeiras
Todos os médicos couberam num útero
Não cabe num punho,
Quer dizer, cabe
Se a mão estiver aberta”

Trecho do poema “Um útero é do tamanho de um punho”, de Angélica Freitas

A MATERNIDADE COMO CONJUGALIDADES: ACADEMIA-MANIFESTO

“Primeira sugestão: Seja uma pessoa completa. A
maternidade é uma dádiva maravilhosa, mas não
seja definida apenas pela maternidade. Seja uma
pessoa completa.”

Chimamanda Ngozi Adichie

Em outubro de 2017 fui convidada para participar de uma mesa sobre maternidade no Fórum de Diálogos, uma iniciativa dos alunos, professores e técnicos administrativos do curso de Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A mesa intitulada “Maternidades em Debates” discutia a permanência e os desafios da maternidade dentro do universo acadêmico, a partir dos pontos de vista de alunas e professoras que, de alguma maneira, vivenciavam a maternidade.

Em minha exposição, pontuei que a importância em se discutir a maternidade em espaços como as universidades e faculdades se passava pela necessidade de considerar a maternidade enquanto questão pública, estrutural e de desigualdade de gênero. A partir da minha experiência enquanto mãe feminista, narrei como foi extremamente difícil lidar com o mito do amor materno ao mesmo tempo que tinha que lidar, também, com um puerpério interrompido pelas aulas da pós-graduação.

Quando meu primeiro filho nasceu, a portaria da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) 248 de 2011 que concede a licença maternidade para suas bolsistas ainda não existia. Aos 9 meses de

gestação, insegura e no fluxo da escrita da dissertação, lembro de mandar para meu orientador um arquivo chamado “Capítulo 2”, mas que na verdade era um pequeno texto que se chamava “contrações nada rizomáticas”. Nele eu escrevi que:

Ontem tive minha primeira contração, conhecida como contrações de Braxton Hicks ou ainda como falsas contrações. Como uma antropóloga que (me) valha, em uma fórmula bastante conhecida da simetria generalizada, não me cabe dizer se as contrações são falsas ou verdadeiras: devo apenas acompanhar o desenvolvimento dessa embaraçosa (por que não?) rede sociotécnica. Mas eu digo de antemão, mesmo que o princípio não seja dizer nada de antemão até que se prove o contrário: elas não são nada rizomáticas. Tudo bem que elas têm uma dinâmica bem peculiar, elas estão mas não estão, porém sabe-se que elas uma hora vão e aí, olha que curioso, nasce uma controvérsia - perdão – um bebê. Enquanto nem o meu bebê e nem o meu famigerado estudo de controvérsias não nasce, eu fico aqui tirando sarro da minha própria cara. E as contrações, essas máquinas de guerra de um corpo com muitos e muitos órgãos achatados, são um feliz sinal de que a vida segue sim um percurso muito belo, que eu por um acaso acho mais belo por que está acontecendo comigo. Linha de fuga ou não, Deleuze que me desculpe minhas apropriações indevidas – mas divertidas – acho que toda contração é digna de uma etnografia. Até que a dor lhe permita.

Já em meu diário particular de 2010, escrevi que:

Quando B. nasceu, eu sentia que desconhecia o amor. A obrigação de amá-lo era repetida por mim e me sujeitava aos caprichos e construções sociais de que existia uma maternidade ideal que deveria ser seguida. Enquanto meu leite empedrava, meu amor não atravessava todo esse infinito, eu pensava que na próxima semana eu teria que apresentar um capítulo da minha pesquisa. Eles disseram: nasce um bebê, nasce uma mãe. O medo de que a mãe não nascesse, pois o bebê já estava lá, posto, congelava um amor que sequer tinha chegado.

Desde muito tempo sabemos qual o papel destinado às mulheres, pelo menos àquele escrito na história ocidental. Também sabemos que esse papel vem mudando lentamente com o tempo – principalmente a desmistificação do “amor materno incondicional”. Esse tipo de representação tradicional, junto com outros “mitos”, é responsável pelo isolamento materno e sua subjugação no trabalho, na sociedade, na família e, pasme, até em alguns movimentos feministas. Mas falemos dessa subjugação mais adiante.

Em meu percurso acadêmico, todos os meus colegas homens que se graduaram comigo já completaram seus doutorados, alguns são professores de instituições federais. Em retrospecto, penso se minha carreira científica foi boicotada por eu ser mãe ou por ser mulher. Ambas, pois são indissociáveis – nesse sentido. Recentemente, a física Márcia Barbosa¹ esteve em um evento na UFMG sobre Mulheres na Ciência e explicou como as mulheres são “tesouradas” à medida em que suas carreiras científicas avançam. A partir de um gráfico, chamado “efeito tesoura”, é possível mostrar a evolução da carreira científica das mulheres e dos homens, porém, em determinado momento, o gráfico começa a subir apenas para os homens, que seguem tranquilamente o mestrado, doutorado e etc. A linha de gráfico das mulheres faz o movimento inverso. A partir do mestrado, por volta dos 30 anos, o gráfico começa a mostrar um declínio importante, formando o que Márcia Barbosa (2018) chamou de efeito tesoura² na pós-graduação.

Porque o efeito tesoura acontece? Possivelmente, pela “escolha” da maternidade pelas estudantes. Mas não é só isso, significa também que a paternidade não interferiu em nada na vida daqueles homens. Os países que tentaram resolver essa sub-representação das mulheres na ciência concederam a opção da licença parental, onde ambos - pai e mãe - poderiam compartilhar o tempo com a criança da mesma forma. A licença parental apresenta ser um caminho possível, mas está longe de ser a opção que irá acabar com o assédio moral das mães nas instituições de pesquisa, visto que as mudanças precisam partir de políticas públicas estruturantes e construídas, sobretudo, por mulheres e mães.

Se aqui narro um pouco da minha exposição feita nessa mesa (e outras considerações posteriores feitas de forma informal), faço pela seguinte causa: a maternidade é atravessada por técnicas de repressão e subjugação o tempo inteiro e - mesmo assim - quando eu estive esgotada pelas escolhas de ser mãe e acadêmica, os feminismos que eu tinha me apoiado não me acolheram. Ao

¹ Palestra ocorrida na UFMG, na inauguração da formação Transversal em Direitos Humanos, em agosto de 2018. Um breve resumo sobre essa palestra, intitulada: “Mulheres na Ciência: uma verdade inconveniente”, pode ser consultado em: <https://www2.ufmg.br/prograd/prograd/Pro-Reitoria-de-Graduacao/Noticias/Mulheres-na-Ciencia-cade-elas>. Acesso em 06/09/2019

² O efeito tesoura para as mulheres, na ciência, indicam que a presença feminina está, ainda, sub-representada nos postos mais elevados de pesquisa nas instituições de ensino.

colocar o termo feminismo no plural, justifico que essa escolha parte das diversas correntes feministas às quais eu já me vinculei, desde o feminismo interseccional; que mobiliza as opressões de gênero, raça e classe em suas análises, até o feminismo radical; que, por sua vez, mobiliza o entendimento de que as opressões sofridas pelas mulheres partem do patriarcado³.

Ao cursar o doutorado, aparentemente inebriada, eu já sabia o que a maternidade exigiria de mim. Eu já era mãe. Pela primeira vez, tive licença maternidade. Deixei um bebê de 5 meses com minha rede de apoio. E achava que, enfim, tinha uma escolha. Eu escolhi voltar. Eu escolhi continuar o doutorado. Quando conversava nos meus grupos feministas sobre voltar e as reticências que essa escolha me causava, grande parte se referia à minha culpa como resultante de um machismo estruturante. “Se meu marido não sentia culpa, por que eu deveria sentir?” – Elas me diziam. Ao mesmo tempo, quando eu tentava encaixar qualquer tema nas pautas de discussão sobre maternidade, parto, amamentação e creche (principalmente), a pouca ou nenhuma atenção dada a tais demandas eram visíveis.

Recentemente, grupos sobre apoio materno têm sido criados com bastante frequência⁴, funcionando como espaços onde se discutem violência obstétrica, aleitamento materno e outras demandas referentes ao universo da maternagem. Geralmente, são rodas de conversa onde dividimos aflições, contamos sobre os desafios que surgem ao criar crianças para um mundo extremamente machista, e nos compreendemos, afinal. Creio que esses espaços funcionam como uma linha de fuga da subjugação materna, ao mesmo tempo em que poderiam se encaixar na pauta feminista ao pensar como as mulheres agenciam (e enfrentam) todo um inconsciente coletivo de representações maternas “ideais”.

Eu, enquanto mãe, feminista e antropóloga, sempre ocupei um espaço dual e relativo dentro dos grupos sobre maternagem. Enquanto eu tentava relacionar o feminismo com as pautas maternas, também tentava relativizar os movimentos feministas e a sua recusa à maternidade, principalmente no que diz respeito aos movimentos mais radicais. Um discurso tão polifônico jamais poderia

³ Ainda sobre os (vários) feminismos, essa discussão não existe sem controvérsias e, embora seja uma discussão urgente, ela não participa e nem se esgota nesse texto.

⁴ Em Minas Gerais temos diversos grupos de apoio materno, dentre eles o Ishtar, as Rodas do Bem Nascer e os encontros do Instituto Nascer.

ser resumido em uma unidade, e, nesse sentido, é a multiplicidade que responde pelo feminismo. Também pelo fato de ser antropóloga, tentava me distanciar dos olhares outros ao mesmo tempo em que os olhares outros eram amigos ou inimigos. Dessa forma, eu mesma já apontava – e aponto – o meu lugar incerto e ambíguo dentro do meu próprio feminismo.

Para não ser injusta, as discussões sobre maternidade compulsória sempre foram presentes nos movimentos feministas. A maternidade compulsória, que abriga senão todas, a maioria de nós em algum momento de nossas vidas, significa pensar a maternidade “subjetivamente” como obrigatória, ou seja, a ideia de que todas as mulheres sonham em ser mães e que, segundo esse imaginário, elas só serão “completas” quando gestar uma criança.

A discussão sobre maternidade compulsória também não acontece sem controvérsias. Ao mesmo tempo que mulheres se sentem pressionadas pela opção de não serem mães, as mulheres mães tendem a diminuir essa pressão sob o argumento de que escolher ter um filho – e as demais pressões que surgem dessa escolha – é um debate muito mais importante do que a “autonomia” na recusa da maternidade. Porém, a conquista da autonomia da mulher e a maternidade não deveriam ser disputadas como dois campos conflitivos. Ao que parece, a posição dual acompanha os pensamentos feministas há anos – e não seria novidade se ele, todavia, permanecesse.

Sobre essa dualidade, Marilyn Strathern (2006) analisa o lugar da antropologia no debate feminista, ponderando que o saber feminista (que são vários) e a antropologia social compartilham uma estrutura bastante similar: a competição. A autora chega a dizer que ambas são “vizinhas em conflito” (STRATHERN, 1997), pois experimentam uma relação incômoda uma em relação à outra ao se perceberem enquanto teorias dissonantes, mas que se convergem.

Para Strathern (2006), enquanto a antropologia se sustenta na construção de mundo a partir de inúmeros pontos de vista, o saber feminista tem pouco interesse na relatividade do olhar antropológico, visto que a antropologia não consegue promover, em específico, os interesses das mulheres. Isso significa que não vale, nesse sentido, o relativismo a qualquer custo. Ao mesmo tempo, ela também diz que o constrangimento no relacionamento entre o feminismo e a

antropologia reside em suas diferentes estruturas epistemológicas e nas formas de classificar o mundo.

Ambas, no entanto, compartilham a interpretação da experiência, sem que, contudo, este seja “o ponto de encontro” que parece ser. Nos estudos feministas, a experiência só pode ser vivenciada com pessoas semelhantes, onde a experiência ocupa um lugar central como instrumento de conhecimento: a experiência é única e pessoal: Seria o meu caso, enquanto feminista e mãe e a falta de acolhimento dentro de grupos feministas que não tem participantes mães? Já na antropologia, a experiência do outro vem a partir do olhar antropológico, e esse exercício de experimentação é sempre reinventado e relacional: Seria o meu caso, enquanto antropóloga e pesquisadora das relações entre pessoas, propriedades e conhecimento?

Para Strathern, esse difícil encontro é vivenciado criticamente pelas antropólogas feministas, ou a quem se dedica a estudar a antropologia feminista. Segundo a autora:

Estas pessoas estão capturadas entre as estruturas: o (a) estudioso (a) se confronta com duas maneiras distintas para se relacionar com seus objetos de pesquisa. A tensão deve ter continuidade; não pode haver nenhum alívio em substituir uma pela outra. (STRATHERN, 1987, pag.96)

As discussões feministas recebem respostas imediatas da antropologia, pois, a partir do interesse crescente do feminismo a partir da década de 1970, os debates sobre o papel das mulheres foram incorporados dentro da teoria antropológica. Para Alinne Bonetti (2009) a origem de uma antropologia feminista (chamada, na ocasião, de Antropologia da Mulher) surgiu a partir dos crescentes questionamentos das antropólogas sobre a construção de um conhecimento etnográfico sem as mulheres. Segundo Bonetti, o lugar das mulheres nas produções etnográficas era de “sub-representação, silenciamento e invisibilidade” (BONETTI, 2009, pag.170). De toda forma, olhar a partir de uma antropologia feminista é compor um mundo deslocado, de visões compartilhadas – porém, nunca sem conflito.

E, nesse sentido, enquanto antropólogas feministas, estamos comprometidas tanto com a alteridade (pensada) enquanto diferença, quanto com a vulnerabilidade das mulheres na vida social. Ao mesmo tempo, é preciso

incluir o olhar antropológico na crítica feminista, assim como incorporar os feminismos como forma de desafio crítico à própria produção antropológica.

Ao final, enquanto mãe, antropóloga, estudante e feminista, tem dias que produzo algumas linhas, outros consigo produzir até algumas páginas. Retomo Audre Lorde (2021) ao compartilhar essa tentativa de analisar partes dessa história que pertencem a mim e aos meus filhos. Para Lorde: *“Tenho minhas próprias maneiras de reformular essa questão (ser mãe, negra e lésbica –destaque meu), na esperança de que todas nós falemos delas e de partes de nossas vidas que precisamos compartilhar (...). A diretriz mais verdadeira vem de dentro.”* (LORDE, 2021, pag. 91). Embora clichê, tenho certeza de que, continuamente, produzo duas crianças, e, simultaneamente, produzimos um mundo.

MATERNIDADES E GÊNERO: ALGUNS DESAFIOS

A experiência da maternidade já foi vista pelo movimento feminista de diversas maneiras. Assim como o contexto social do qual as ideias surgem, é importante lembrar que, enquanto agência, a maternidade não é um conceito limitado e fixo no tempo. Tal como as mudanças ocorridas após as Revoluções Industriais, a maternidade passou de um exercício confinando aos meios domésticos para uma pauta relativa à vida das mulheres. Mas a luta política (e de sobrevivência) das mulheres começou muito antes. Vale a pena fazer um breve resgate histórico e político.

Silvia Federici (2017) é uma historiadora italiana que se dedica a compreender a história do capitalismo a partir de uma perspectiva de gênero. A tese de Federici é de que a exploração das mulheres cumpriu uma função essencial no processo de acumulação capitalista, porém, suas histórias foram solapadas da historiografia eurocêntrica. Ao mesmo tempo, a historiadora posiciona a bruxa - “enquanto encarnação de um mundo de sujeitos femininos que o capitalismo precisou destruir: a herege, a curandeira, a esposa desobediente, a mulher que ousa viver só, a mulher *obeah* que envenenava a comida do senhor e incitava os escravos à rebelião” (FEDERICI, 2017, pag.24) -

como figura central de uma análise sobre os cercamentos e a origem da propriedade privada.

A caça às bruxas, segundo a autora, funcionou para preparar o terreno para o desenvolvimento de um regime patriarcal mais opressivo que o regime experimentado pelas mulheres na Idade Média. Nessa época, prevalecia a autoridade dos senhores feudais, que controlavam a comunidade servil e as propriedades dos servos. Com o argumento de que tudo era posse do senhor, em algumas regiões esses senhores das terras chegavam a reivindicar o *jus primae noctis*, ou seja, o direito a deitar com a esposa do servo em sua primeira noite de núpcias.

A partir dos séculos XII e XIII, com o crescente número de camponeses empobrecidos e as repetidas revoltas anti-feudalistas, os movimentos heréticos surgiram como uma proposta de se criar um outro tipo de sociedade baseada em uma reinterpretação religiosa. Os hereges denunciavam a acumulação de riquezas e a propriedade privada, além de preconizar uma renovação espiritual contra o Clero da época. Para Federici:

Os hereges eram queimados aos milhares na fogueira e, para erradicar sua presença, o papa criou uma das instituições mais perversas jamais conhecidas na história da repressão estatal: a Santa Inquisição. (FEDERICI, 2017, pág. 69)

Porém, com a contínua privatização das terras, os métodos disciplinares voltados às mulheres passaram a fazer parte do aparato “governamental” – ou daquilo que o representasse, controlando suas funções reprodutivas e todos os métodos contraceptivos desenvolvidos por curandeiras e parteiras locais. O resultado desse rígido controle sobre o corpo das mulheres foi a punição em massa para qualquer uma que burlasse as normas reprodutivas em voga, sob a acusação de serem bruxas e assassinas de crianças. É interessante notar que, com a marginalização das parteiras, o papel ativo no trabalho de parto passou a fazer parte do domínio masculino, e em lugares como a França e a Alemanha, as parteiras tiveram que se tornar espiãs do Estado para poderem continuar com suas práticas (FEDERICI, 2017, pág. 177).

Apesar da caça às bruxas ser uma derrota histórica para as mulheres, segundo Federici, não foi sem luta. A partir do movimento feminista, a

perseguição das bruxas tem sido devidamente contextualizado e saiu de sua clandestinidade, reconfigurando os ideais feministas sobre o corpo, a moral e a degradação feminina com o advento do capitalismo.

O corpo das mulheres e suas formas de controle reprodutivo sempre estiveram sob vigilância, se não fosse pelos homens, eram pelo Estado. A partir do disciplinamento ocorrido após a caça às bruxas, a construção social de que as mulheres se resumiam à maternidade e que seu lugar era no seio da família foi o grande alicerce da era pré-capitalista. É de se esperar que, após longos séculos de confinamento e dominação masculina sobre os corpos femininos, a contra resposta pós Revolução Industrial fosse a recusa da maternidade como forma de lutar contra o patriarcado e também como forma de ocuparem o espaço que lhes foi negado.

Esse tipo de questionamento sobre a função da maternidade é assegurado por Simone de Beauvoir, em “o Segundo Sexo” (1949), e endossado por muitas mulheres que viam a maternidade como um direito de livre escolha. Para Lucila Scavone (2001):

A luta política das mulheres francesas, nos anos 1970, para obter a pílula contraceptiva e o aborto como direito político, possibilitou a efetivação desta recusa. A máxima deste movimento era “un enfant, si je veux, quand je veux” [“uma criança se eu quiser, quando eu quiser”], que reivindicava o direito à livre escolha da maternidade. (SCAVONE, 2001, pág. 139)

Passadas as problematizações sobre a maternidade – e a sua livre recusa, as reflexões feministas começaram a pensar no lugar da maternidade enquanto “poder feminino”. Essa perspectiva é chamada por Scavone (fazendo alusão à FERRAND e LANGEVIN, 1990) como o “segundo momento”, onde a maternidade é vista enquanto forma de recuperar o saber feminino que lhe foi destituído desde a Idade Média. Apesar de Scavone não datar tal momento, penso que ele surgiu logo após as discussões sobre a livre escolha da maternidade, em meados da década de 60 e 70. Ainda no final da década de 70, a discussão sobre maternidade abrange outro tipo de posição: não é o fator biológico da mulher enquanto reprodutora que determinará seu lugar da maternidade, mas sim as relações de dominação masculinas que atribuem um padrão de conduta e um significado social à maternidade.

Pensando a questão da maternidade enquanto gênero, há avanços importantes. Henrietta Moore (1997) pontua que o surgimento do gênero enquanto pauta veio como forma de combater o determinismo biológico vigente naquela época. Segundo a autora:

A distinção entre sexo biológico e gênero mostrou ser absolutamente crucial para o desenvolvimento da análise feminista nas ciências sociais, porque possibilitou aos eruditos demonstrar que as relações entre “mulheres” e “homens” são socialmente construídos e não podem ser considerados naturais, fixos ou predeterminados. (MOORE, 1997, pag.2)

Certamente, a introdução do conceito de gênero nas ciências sociais foi um grande desenvolvimento na explicação sobre as desigualdades entre homens e mulheres, além de introduzir a discussão da maternidade enquanto algo relacional, ou seja, um lugar onde a maternidade é compreendida também a partir da paternidade e em toda a sua dimensão social.

Porém, a construção do gênero não acontece sem maiores problematizações. Muito se tem discutido sobre a ambiguidade sobre o conceito de gênero, assim como seu confinamento teórico a um arcabouço predominantemente machista. Teresa de Lauretis (1994) afirma que o conceito de gênero como diferença sexual tem servido, desde a década de 1960, como base teórica e sustentação para a política feminista. Porém, ela afirma, que o gênero enquanto diferença sexual traz consigo uma limitação:

A primeira limitação do conceito de “diferença(s) sexual(ais) (...) é que ele confina o pensamento crítico feminista ao arcabouço conceitual de uma oposição universal do sexo (...) o que torna muito difícil, senão impossível, articular as diferenças entre mulher e Mulheres, isto é, as diferenças entre as mulheres, ou, talvez mais exatamente, as diferenças nas mulheres. (DE LAURETIS, 1994, pág. 207)

A outra limitação apontada por Lauretis, já criticada também por Strathern (1997), é o potencial epistemológico do conceito de gênero, que ao se referir ao “Outro” sempre como o sistema patriarcal, acaba reacomodando seus conceitos sem de fato sair dos mesmos referenciais teóricos da sociedade eurocêntrica.

Creio que tais perspectivas sobre gênero ainda estejam vigentes dentre as diversas críticas feministas, funcionando também como “concepções em conflitos”. Ao abordarmos qualquer diferença entre nós, mulheres, partimos da premissa que antes de sermos mães, somos mulheres. Sem reconhecer que isso nos torna parcialmente diferentes, nunca conseguiremos articular pautas em conjunto que consigam abarcar tanto mães quanto não mães. Outro ponto, que articula tanto a antropologia quanto o feminismo, é como vamos relacionar esse “Outro” sempre articulado enquanto patriarcado, de forma que ele não seja apenas uma diferença de gênero, mas se configure enquanto uma mudança efetiva nas relações de gênero.

Ao mesmo tempo, foi a partir da perspectiva de gênero que a maternidade pôde ser abordada em suas diferentes perspectivas: como realização feminina, como resgate ao “empoderamento” feminino, mas também como opressão sobre as mulheres e um rígido controle do corpo feminino pelo patriarcado. Existem diferentes formas de compreender o gênero: em todas elas cabe a maternidade.

CRIANDO VÍNCULOS [Experimentando Relações]

O processo de matinar precisa de ser colocado em questão. Já longe (nem tanto) das esferas domésticas, a maternidade ainda enfrenta uma série de processos que oscilam entre sua supervalorização e sua desvalorização. A ocupação das mães nas atividades acadêmicas, no trabalho, em teatros, cinemas e demais lugares frequentados, sobretudo por adultos, precisa ser feita na medida em que as pesadas cargas de trabalho/emocional continuam a nos assolar diariamente. Também é importante que as relações de gênero continuem a se transformar: o universo de emoções e de solidão enfrentado por diferentes mães precisa ser compartilhado, seja por novas parentalidades, seja pela maternidade ampliada.

Enquanto antropóloga feminista, penso que ampliar os exercícios da maternagem é o caminho para diminuir nossos esforços e compreender que a criação de uma criança exige um mundo de pessoas, sejam humanas, sejam não-humanas: de fato, ela em si compõe mundos encantados sem os quais seria impossível ver um horizonte menos embrutecido. Segundo Lorde, “todos os

nossos filhos são a vanguarda de um reinado de mulheres que ainda não foi estabelecido” (LORDE, 2021, pag. 93).

Pela maternidade ampliada não sugiro a terceirização da criação dos filhos – jamais. Penso, certamente, nas crianças como uma aldeia – uma relação dialógica que, enquanto cuidamos de nossas crianças, elas cuidam da gente. Um exemplo desse tipo de exercício que sugiro ocorreu recentemente em um encontro de antropologia, onde montamos um “espaço brincante” dentro da Universidade. Enquanto algumas mães apresentavam seus trabalhos ou organizavam minicursos, outras mães, não mães e homens se responsabilizavam por acolher seus filhos. Foi maravilhoso, conseguimos não só ocupar um espaço na universidade, mas fazê-lo colorido, imagético e cheio de crianças. Ali, com Tetê, Dandara e Raul, pudemos encantar e criar vínculos. Um pouco de ar necessário.

Por fim, não pretendo romantizar nem a maternidade, nem as crianças. Isso significa não essencializar essas relações, que são múltiplas e contraditórias. Compreender a maternidade, seu letramento social e político, é uma forma de nos libertar e de pautar políticas públicas inclusivas. Meu interesse é criar vínculos. Dentro desses vínculos, aposto em uma mudança radical, no qual, ao experimentar a vida daquela mãe e daquela criança, experimentamos também um outro tipo de afeto. O afeto que tanto nos falta: seja nos feminismos, seja nas antropologias.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Para educar crianças feministas: um manifesto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

BONETTI, A. Etnografia, gênero e poder: Antropologia Feminista em ação. **Mediações**. v. 14, n.2, p. 105-122, Jul/Dez. 2009, pp. 105-122

DE LAURETIS, Teresa. A Tecnologia do Gênero. In: Heloisa Buarque de Hollanda (org.). **Tendências e Impasses: o Feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.

FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa. **Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FREITAS, Angélica. **Um útero é do tamanho de um punho**. São Paulo: Companhia das Letras: 2017.

LORDE, Audre. O filho homem: reflexões de uma lésbica negra e feminista. In. **Irmã Outsider**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

MOORE, Henrietta Moore. Compreendendo Sexo e Gênero. In: INGOLD, T. (org.) **Companion Encyclopedia of Anthropology**, London, Routledge, 1997. Tradução de Júlio Assis Simões.

ORTNER, Sherry. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In ROSALDO, Michelle Zimbalist e LAMPHIRE, Louise (org.). **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu** (16) 2001: pp.137-150.

STRATHERN, Marilyn. Entre uma melanesianista e uma feminista. **Cadernos Pagu** (8/9),1997: pp. 7-49.

_____. Um lugar no debate feminista. In: **O Gênero da Dádiva**. Campinas: Ed. Unicamp. 2006. Campinas: Ed. Unicamp. 2006, p. 53-80.

_____. Uma relação incômoda: o caso do feminismo e da antropologia. **Mediações**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 83-104, jul/dez. 2009.